

Ministério da Integração Nacional
Secretaria Nacional de Defesa Civil



SIMULADO DE PREPARAÇÃO PARA DESASTRES

GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO
DE EXERCÍCIOS SIMULADOS DE PREPARAÇÃO
PARA OS DESASTRES

Brasília, 2012

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Fernando Bezerra de Souza Coelho

SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Humberto de Azevedo Viana Filho

DEPARTAMENTO DE MINIMIZAÇÃO DE DESASTRES

Rafael Schadeck

EXECUÇÃO DO PROJETO

Coordenação do Projeto

Professor Antonio Edesio Jungles, Dr.

Autores

Marcos de Oliveira, Cel BM – CEPED UFSC

Carlos Alberto de Araújo Gomes, Ten Cel PM – CEPED UFSC

Janaina Rocha Furtado – CEPED UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Magnífico Reitor

Professor Álvaro Toubes Prata, Dr.

Diretor do Centro Tecnológico

Professor Edson da Rosa, Dr.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES

Diretor-Geral

Professor Antônio Edesio Jungles, Dr.

Diretor Técnico e de Ensino

Professor Marcos Baptista Lopez Dalmau, Dr.

Diretor de Articulação Institucional

Professor Irapuan Paulino Leite, Msc.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres.

Guia de orientações para elaboração de exercícios simulados de preparação para os desastres / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. - Florianópolis: CEPED, 2011.

68 p.: 21 cm.

1. Desastre - simulados. 2. Risco - comunidades. I. Universidade Federal de Santa Catarina. II. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres.

CDU 351.862

INTRODUÇÃO

Os simulados de preparação para os desastres se caracterizam como exercícios práticos que implicam na mobilização de recursos e pessoas para avaliar, em tempo real, o processo de remoção de pessoas de áreas com risco de desastres. Objetiva, entre outros aspectos, avaliar as ações realizadas, os recursos empreendidos e promover a capacitação e treinamento das equipes para enfrentar adequadamente uma situação de emergência.

Além disso, a relevância dos simulados está na preparação das comunidades para reduzir perdas e minimizar o sofrimento humano em virtude dos desastres. A organização desses exercícios depende da qualidade das relações entre as agências de prevenção e resposta entre si, com as comunidades e da própria organização comunitária. Relações que precisam ser construídas ao longo do desenvolvimento constante das ações de prevenção e proteção civil.

Não obstante seja possível organizar simulados que não estejam calcados na compreensão de continuidade e permanência de ações de proteção civil e nos vínculos entre as comunidades e equipes, o objetivo de preparar as pessoas para os desastres fica restrito ao impacto de uma ação isolada sobre as mesmas.

Com relação à organização do exercício, deve-se ter clareza que “um simulado tem a intenção de uma aprendizagem, a qualidade deste dependerá da qualidade de sua preparação. Nem o sentido comum, nem a boa vontade são suficientes para realizar um bom simulado” (UNICEF, 2010, p.14).

A preparação do simulado, integrada a outras ações ou programas locais, deve se efetivar como um dispositivo para fomentar ou intensificar a articulação entre diferentes atores sociais e a formação de redes de proteção. Para construir o exercício é necessário que exista certa comunicação e articulação entre agências, comunidade e, possivelmente, outros setores governamentais e não governamentais.



É importante que os exercícios simulados sejam realizados periodicamente com o objetivo de atualizar e revisar planos e funções.

O desafio é conduzir processos e relações que se mantenham após a realização dos exercícios simulados e sejam efetivos em situações reais de emergência. Assim sendo, a comunicação na rede, a revisão das funções e tarefas, recursos e objetivos, precisam ser permanentemente revisadas e atualizadas.

Outros desafios, então, se configuram, sendo um deles a promoção da participação social nas ações de proteção civil, do planejamento à execução das mesmas.

Todavia, o fortalecimento das competências locais por meio de atividades de preparação para os desastres é uma das prioridades ressaltadas no Marco de Ação de Hyogo da Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD, 2005/2011). Fundamenta-se na evidência de que a redução dos impactos dos desastres depende de promover comunidades mais preparadas.

A redução dos riscos, entretanto, exige inúmeras outras ações com foco na redução do processo de vulnerabilização das pessoas frente aos desastres, cujos diferentes fatores devem ser engendrados na gestão dos riscos, nos planos de desenvolvimento local, nas políticas públicas, e demais instrumentos disponíveis.

O denominador comum das práticas de proteção, da prevenção à assistência, deve ser a preservação dos direitos humanos e da proteção da vida com dignidade.

O desenvolvimento de simulados visa, mais restritamente, a preparar pessoas (equipes, agências, comunidades e outras pessoas) para a resposta. Nesse sentido, limita-se a abranger apenas alguns aspectos do processo de gestão dos riscos. Pode ser potencializado se realizado periodicamente, com participação das comunidades, integrado a outros programas e ações, e articulado a redes existentes ou com o objetivo de promovê-las.

De qualquer forma, todos os cuidados necessários precisam ser tomados para que o exercício simulado seja preparado de forma a resguardar a segurança dos seus participantes.



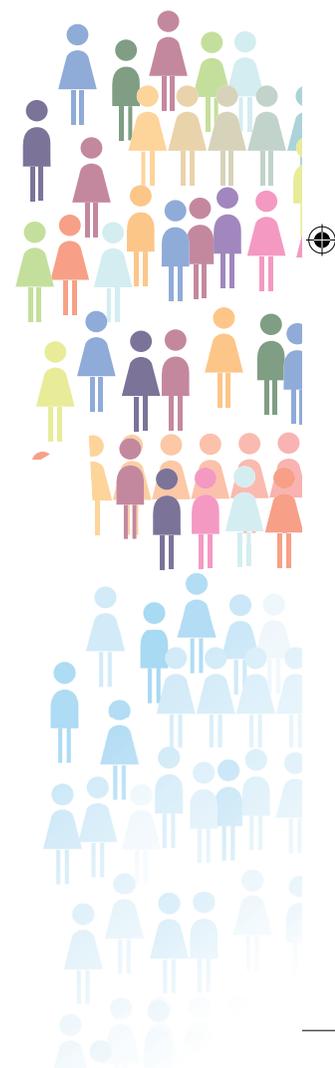
ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO DO GUIA

As etapas apresentadas neste guia devem ser compreendidas como um conjunto de orientações para organizar simulados de preparação para desastres, com foco na remoção de comunidades em situação de risco. Apesar de ser apresentado em passos, salienta-se que não se trata de um roteiro fechado de ações ou, como se diz no linguajar comum, uma “receita de bolo”, e sim um guia com orientações práticas para execução destas atividades.

É importante enfatizar, ainda, que os exercícios simulados têm o objetivo de preparar as comunidades para desastres, a partir do estabelecimento de um cenário de risco. Para que sejam efetivos e preparem as comunidades para futuros eventos, é fundamental que não sejam desenvolvidos como ações isoladas, e sim integrados a um processo de gestão local de riscos, e de capacitação permanente de comunidades e profissionais.

O presente guia foi construído a partir da experiência de três exercícios simulados de preparação para desastres realizados, simultaneamente, no nordeste brasileiro em maio de 2011. Os simulados foram coordenados pelas Defesas Civis dos municípios de Salvador, Recife e Maceió, com o apoio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, dos Estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas, e do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina.

Voltado para os agentes de Defesa Civil, o guia pode ser utilizado, entretanto, por qualquer agência ou instituição e, inclusive, pelas próprias comunidades. Na internet existem, também, materiais disponíveis para planejar exercícios simulados em setores específicos, como em escolas e hospitais.



CONCEITOS IMPORTANTES

DESASTRE, RISCO E VULNERABILIDADE



Os desastres são produtos e, também, processos decorrentes da transformação e crescimento da sociedade, do modelo global de desenvolvimento adotado, dos fatores socioambientais relacionados a modos de vida que produzem vulnerabilidades sociais e, portanto, vulnerabilidade aos desastres.

Por risco de desastre entende-se a probabilidade de perdas e danos associados com o impacto de um evento físico externo sobre uma população vulnerável, onde a magnitude e extensão desses eventos são tais que excedem a capacidade da sociedade afetada para receber o impacto e seus efeitos e recuperar-se autonomamente. No site da Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD) é possível encontrar inúmeras publicações sobre o tema, inclusive ferramentas para construir plataformas e programas de redução de riscos. Disponível em: <http://www.eird.org/index-esp.html>

Buscar, também, o texto “Vivir con el Riesgo - Informe mundial sobre iniciativas para la reducción de desastres” (EIRD, 2004).

A gestão de risco é um processo que tem como um de seus componentes a identificação e instrumentação de soluções concretas frente aos cenários de riscos diversos. Refere-se à tomada de decisões em um ambiente de incertezas, com foco no processo permanente de redução dos riscos existentes e futuros, que se deve produzir tendo em conta o programa de desenvolvimento adotado para determinada região. Sobre gestão local de riscos, procurar por “La gestión local del riesgo. Nociones y precisiones en torno al concepto y la práctica” CEPREDENAC - PNUD (2003).

GESTÃO DE RISCO DE DESASTRE



MOBILIZAÇÃO SOCIAL



A mobilização social está relacionada ao engajamento e participação de pessoas para alcançar objetivos específicos. Característica singular deste processo, quando de caráter participativo e democrático, é o necessário envolvimento de diferentes segmentos sociais nas ações e decisões implicadas no projeto comum. Um dos resultados da mobilização são as **redes sociais constituídas**, integrando e articulando os diferentes atores, organizações sociais, governamentais e não governamentais, conselhos profissionais, conselhos comunitários, entre outros.

Por prevenção a desastres entende-se as ações destinadas a evitar ou reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento dos riscos, integrados ao processo permanente de gestão dos mesmos.

Por preparação para desastres entende-se as ações destinadas a preparar órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil e comunidades, a fim de garantir uma resposta adequada aos desastres, minimizando os danos e prejuízos consequentes, tendo em vista objetivos claros e/ou cenários específicos. Os simulados se caracterizam, comumente, como ações de preparação para desastres.

PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES



ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA



A assistência humanitária é toda e qualquer ação que contribua, de forma imediata e eficaz, para minimizar o efeito de catástrofes naturais, conflitos armados ou convulsões sociais. As ações de resposta e atenção às pessoas afetadas pelos desastres devem atender as diretrizes internacionais de Assistência Humanitária, as quais garantem as condições de saúde, saneamento, abrigo, água e nutrição às populações atingidas. Respalda-se nos Direitos Humanos Internacionais e preconiza a proteção da vida com dignidade.

A Política Nacional de Defesa Civil (2007) apresenta conceitos e diretrizes que orientam a atuação da Defesa Civil no Brasil. Esta e outras publicações podem ser encontradas em <http://www.defesacivil.gov.br>

ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DE EXERCÍCIOS SIMULADOS

ETAPA I – PREPARAÇÃO DO SIMULADO

1 Levantamento prévio de informações e caracterização dos riscos locais

Ameaças e vulnerabilidades precisam ser compreendidas como fatores interdependentes que se constituem mutuamente. A relação entre ameaças e vulnerabilidades implicará na criação do cenário adequado para organizar o exercício simulado. É importante que o simulado seja construído a partir de cenários de riscos reais e englobe, o máximo possível, os aspectos relacionados ao processo de vulnerabilização existentes na localidade foco.

Para construir, portanto, o cenário do simulado e o plano de contingência local,

o primeiro passo é realizar o levantamento das áreas de maior risco e caracterizar os riscos, delineando a relação entre as ameaças e vulnerabilidades.

Além de apontar aspectos e localizar o risco, é importante que se realize, também, a compreensão das relações que produzem riscos e quais processos estão envolvidos, tendo em vista as limitações do que pode ser abordado no planejamento e execução de um simulado.

Ainda que o exercício simulado não tenha a função de solucionar problemas relacionados ao risco ou mesmo enfrentar o processo de vulnerabilização ali existente, o mapeamento das áreas de risco, a compreensão dos diferentes aspectos interligados e o levantamento de informações gerais sobre a comunidade são relevantes para planejar o simulado, para conduzir a comunicação comunitária e promover a mobilização social. Lembre-se que a proposta é atrelar os exercícios simulados ao desenvolvimento permanente de programas locais com foco na redução de risco e preparação das comunidades.

Faz parte desta etapa, o levantamento de informações gerais sobre a comunidade, identificando, entre outros aspectos, características socioeconômicas das populações que convivem com o risco de desastres; produção de informação setorizada para compor indicadores de vulnerabilidade local, como: número de idosos, mulheres, crianças, pessoas com deficiência; fatores culturais relevantes; etc.

Sobre mapeamento de áreas de risco ver “Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios” (Brasil. Ministério das Cidades / Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, 2007).

**FAÇA O LEVANTAMENTO DOS RISCOS DO MUNICÍPIO E CARACTERIZE-OS
(ameaças e vulnerabilidades)**



Levantamento dos mecanismos de enfrentamento já existentes na comunidade

Para que a atividade seja efetiva e integrada à realidade local, é importante que o exercício simulado seja construído a partir das estratégias já utilizadas pelas comunidades em situações de emergência.

Deve-se investigar, entre outros aspectos:

- Rotas de fuga utilizadas pela comunidade;
- Tipos de alerta e comunicação entre si;
- Formas de monitoramento dos riscos;
- Procedimentos de atendimento de emergência;
- Divisão de papéis e responsabilidades;
- Abrigos locais;
- Grupos de Voluntários;

Nem sempre estratégias anteriormente utilizadas são as mais adequadas em situação de emergência. Muitas vezes podem agravar a situação e decorrer em maiores danos e prejuízos. Contudo, a identificação dos mecanismos já existentes na comunidade facilita o diálogo com a mesma e a construção coletiva de soluções que partam de seus próprios recursos.

Por um lado, algumas resistências na adoção de novas práticas de proteção dentro da comunidade podem estar amparadas em costumes locais há muito tempo enraizados na vida cotidiana ali existente. Por outro, a comunidade é quem melhor conhece sobre a sua realidade, sobre os seus espaços e territórios e sobre os seus hábitos. Os conhecimentos produzidos pela população, que circulam na vida social da comunidade, podem ser valiosos para o planejamento de ações em Defesa Civil, seja na prevenção ou na resposta.

Por isso, integre, sempre que possível e adequado, as estratégias locais no plano de execução do simulado, estimulando a participação da comunidade.

Ferramentas para avaliar a percepção local de riscos e mapear os mecanismos de enfrentamento local podem ser encontradas na página do *Centro Nacional de Prevención de Desastres* do México, disponível em <http://www.cenapred.unam.mx/es> (material em espanhol).

MAPEIE OS MECANISMOS LOCAIS DE ENFRENTAMENTOS A EMERGÊNCIAS

3 Levantamento de Recursos Humanos e Materiais

Consiste no delineamento das pessoas e instituições, governamentais e não governamentais, que devem participar do exercício com funções e responsabilidades específicas, e que podem alocar recursos humanos e materiais para o mesmo (profissionais de carreira e voluntários; equipamentos; viaturas; helicóptero; macas; etc.). É importante utilizar os recursos existentes na própria comunidade e integrar suas lideranças em todas as etapas do projeto.

São organizações relevantes para participar do simulado:

- COMDEC, NUDEC;
- Corpo de Bombeiros Militar;
- Polícia Civil e Polícia Militar;
- Secretaria de Saúde;
- Guardas Municipais;

- SAMU;
- Lideranças comunitárias locais (líderes de associações comunitárias, líderes religiosos, entre outros);
- Empresas, ONGs, instituições locais.

Alguns municípios contam com os Comitês Municipais de Urgência, ou outros comitês locais relacionados à ocorrência de desastres. Nesses casos, deve-se convidar essas organizações para participarem do planejamento do exercício.

Para fazer o levantamento e o acompanhamento das atividades, pode-se construir uma planilha descrevendo o tipo e a quantidade de recursos humanos e materiais necessários de cada organização, bem como a sua responsabilidade no processo.

Pessoas/ Organizações	Recursos Humanos	Recursos Materiais	Responsabilidades
exemplo: Secretaria de Saúde	Agentes de saúde (2) Médicos (1)	Macas (3) Ambulância (1)	Atendimento das vítimas após resgate dos bombeiros e deslocamento para hospital.

REALIZE O LEVANTAMENTO DE ORGANIZAÇÕES E PESSOAS QUE POSSAM DISPONIBILIZAR RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DO SIMULADO. PREENCHA UMA PLANILHA DESCREVENDO O TIPO E NÚMERO DO RECURSO E A RESPONSABILIDADE NO EXERCÍCIO.

4 **Elaboração do Plano de Contingência Local**

O exercício simulado deve ser programado com base no plano de contingência local, o qual deve ser elaborado a partir dos passos 1, 2 e 3 descritos. Como consta no Guia de Orientações para Elaboração de Planos de Contingência (apresentado a seguir), o documento prevê: finalidade; situação e cenários; comitê de operações; estrutura de resposta; administração e logística; e atualização.

ELABORE O PLANO DE CONTINGÊNCIA LOCAL DA COMUNIDADE E TENHA-O EM MÃOS PARA CRIAÇÃO DO CENÁRIO DE RISCO DO SIMULADO.

Interveniências que podem ocorrer em uma situação de emergência. Deve, entretanto, respaldar as principais ações a serem executadas pelas equipes para minimizar perdas e danos. Por sua configuração, os planos de contingência identificam pessoas, ações e recursos disponíveis. Assim sendo, é importante que o simulado seja produzido a partir dos planos de contingência implementados.

5 **Envolvimento dos múltiplos órgãos no processo de preparação e planejamento do exercício**

Compreendem as reuniões de preparação e planejamento de ações das quais devem participar as diferentes pessoas e instituições envolvidas. É importante agregar os distintos órgãos de resposta, empresas, lideranças comunitárias, NUDECS, líderes religiosos, líderes comunitários, agentes de saúde, bombeiros, polícia militar, agentes e técnicos de defesa civil, escolas etc.

O simulado é um bom momento para integrar pessoas, agências, defesa civil e comunidades, e verificar o fluxo de comunicação entre as instituições e atuação de acionamento e resposta.

Pode ser organizada uma lista de contatos de todos os envolvidos detalhando o nome, a função, o órgão, o telefone e o endereço eletrônico. Alguns modelos de fichas e planilhas podem ser encontrados em: UNICEF. Simulacros escolares: Uma guía para su preparaci3n. Panamá: Iusgratib, 2010. Disponível em: http://educacionygestiondelriesgo.crid.or.cr/preparacion/simulacros_y_simulaciones

ORGANIZE REUNI3ES, APRESENTE A PROPOSTA E OBJETIVOS DO SIMULADO, E PREPARE CRONOGRAMA PR3VIO DE ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO DAS A3ES.

6

Defini33o da Comiss3o de Organiza33o do Simulado

Seja antes ou ap3s as primeiras reuni3es com 3rg3os e pessoas a serem envolvidos, 3 preciso definir a Comiss3o de Organiza33o do Simulado. - Este grupo de trabalho 3 respons3vel por desenvolver as diferentes a3es do Simulado, do planejamento 3 execu33o do exerc3cio. A comiss3o 3 respons3vel pelas seguintes atividades:

- Definir os objetivos do simulado;
- Determinar a finalidade, abrang3ncia, data, hora, lugar, notifica33o, cen3rio, para desenvolver o simulado;
- Supervisionar a elabora33o do guia ou passo a passo do simulado;
- Determinar e mobilizar as necessidades e recursos dispon3veis;
- Mobilizar as ag3ncias, equipes e comunidades;
- Divulgar o plano de conting3ncia e o plano do simulado para todos os envolvidos;
- Adquirir ferramentas, servi3os ou demais equipamentos necess3rios para execu33o do simulado;

- Convocar e facilitar reuniões de preparação e planejamento;
- Elaborar os materiais e promover a avaliação do simulado;
- Cuidar e manter a segurança de todos os participantes;
- Coordenar a participação de todos os envolvidos, assegurando a continuidade ou o cancelamento do exercício em decorrência de qualquer imprevisto.

Caso a coordenação do simulado opte por dividir as tarefas em subgrupos (logística, segurança, comunicação, etc), deve realizar a descrição das tarefas de cada subgrupo bem como definir as pessoas e contatos, repassando a todos as informações.

ETAPA II – PLANEJAMENTO¹

1 Avaliação das necessidades e finalidade do exercício

Com base no plano de contingência local, nas ameaças e vulnerabilidades prioritárias, definir a área socioterritorial onde executar o simulado, delineando, também, os órgãos e setores que necessitam do exercício. Avalie quais os objetivos do exercício. É importante ter em mente que o objetivo principal do simulado é preparar efetivamente a comunidade para que ela seja capaz de desenvolver as primeiras ações de desocupação. Contudo, o exercício simulado pode representar situações que demandam a ativação completa de um plano de contingência, ou ser parcial e representar situações que avaliam apenas uma parte ou aspecto do plano (avaliar o tempo de remoção das famílias; avaliar o tempo de chegada das equipes de apoio ao cenário; a comunicação entre as equipes, etc).

¹ Baseado no material “Capacitação de Facilitadores para Exercícios Comunitários de Preparação para Emergências”, organizado por Carlos Alberto de Araújo Gomes Júnior (CEPED UFSC).

Há possibilidade de realizar exercícios com ou sem aviso prévio, ou seja, informando com antecipação o dia, a hora, as hipóteses e objetivos a serem analisados, e equipes que irão participar; ou utilizando o sinal de alarme como enunciador do simulado, frente ao qual as equipes determinam a sua participação. Este último modelo de execução de simulados é o menos comum e depende de uma capacitação prévia das equipes, assim como consenso com relação ao sistema de alerta e alarme utilizado.

SELECIONE O LOCAL ONDE SERÁ REALIZADO E AS PESSOAS QUE DEVEM PARTICIPAR DA ATIVIDADE E DEFINA OS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO SIMULADO.

2 Descrição da finalidade

Tendo estabelecida a finalidade do exercício, é importante reunir, aproximadamente, cinco principais componentes em uma frase que sintetize a situação, oriente a construção do cenário e o restante do trabalho.

Exemplo: Este exercício simulado tem por finalidade avaliar a eficiência do sistema de alerta antecipado e desocupação de comunidades de risco, desenvolvido pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Salvador por meio de um simulado de campo, a ser realizado às 08h30min do dia 28 de maio de 2011 na comunidade de Bosque Real.

3 Definição de objetivos

Com base na finalidade, estabelecer objetivos claros, observáveis e mensuráveis.

Exemplos:

- Avaliar o funcionamento do sistema de alerta antecipado (monitoramento, alerta e alarme) para ameaças decorrentes de fenômenos hidrometeorológicos da COMDEC de Alagoas.

Para mensurar: quantificar o tempo transcorrido para acionamento do alerta e entre o alerta acionado e a resposta da comunidade; verificar se as famílias moradoras de áreas de risco identificaram o alerta enviado; etc.

- Avaliar o comportamento da comunidade de Vale Reginaldo, Alagoas, após o recebimento do alarme para desocupação e deslocamento da área de risco.

Para mensurar: identificar quais os principais comportamentos apresentados pelas pessoas no momento da desocupação; verificar quem se responsabilizou pelas crianças e idosos; etc.

- Avaliar o funcionamento do comando unificado e a integração entre a COMDEC e as demais organizações envolvidas no simulado.

Para mensurar: quantificar o tempo transcorrido para composição do comando unificado; identificar quem assumiu o comando; quantificar o tempo transcorrido para acionamento das equipes de resgate; etc.

4

Elaboração do cenário de risco

Deve-se elaborar uma narrativa que descreva um cenário de risco, o qual deve atender à finalidade e objetivos do exercício, ajudando os participantes a abordar a situação de forma realística.

É interessante desenvolver atividades nas escolas próximas da localidade em que irá acontecer o exercício simulado com o objetivo de mobilizar as crianças. Os simulados escolares objetivam exercitar ações planejadas para situações de emergência que possam afetar a comunidade escolar. Para mais informações

sobre simulados escolares buscar por “Simulacros escolares: Una guía para su preparación” (UNICEF, 2010) e http://educacionygestiondelriesgo.crid.or.cr/preparacion/simulacros_y_simulaciones. Ver também “Guía para el manejo de simulacros de evacuación para una preparación y planeamiento en centros educativos” (CENTRO DE CAPACITACIÓN Y PREVENCIÓN PARA EL MANEJO DE EMERGENCIAS Y MEDIO AMBIENTE S.O.S VIDAS PERÚ UNESCO; NU. ESTRATEGIA INTERNACIONAL PARA LA REDUCCIÓN DE DESASTRES (EIRD), 2007), disponível em: <http://www.crid.or.cr>.

Ao elaborar a narrativa, podem-se levar em consideração os seguintes questionamentos:

- **O que aconteceu?**
- **Como foi notificado?**
- **Quais alertas e alarmes foram emitidos?**
- **Há quanto tempo?**
- **Qual a sequência de eventos?**
- **Quais as ações de resposta que já foram implementadas?**
- **Quais os danos já identificados?**
- **Qual a tendência de evolução?**
- **Quais as condições climáticas relevantes para a situação?**
- **Quais outras condições podem influenciar na conduta de resposta à situação emergencial?**

5 Descrição dos problemas

Enfatizar os problemas sobre os quais se espera uma decisão ou conduta específica, fornecendo mais informações sobre eles e suas condições.

Exemplos:

- O cenário exigirá a atuação simultânea e coordenada de diversos órgãos de resposta. Espera-se que as ações sejam articuladas a partir do emprego das recomendações do SCO.
- O cenário escolhido para o exercício simulado será estabelecido no Córrego do Sargento, Recife, às margens de uma rodovia em um horário onde será provável a presença de grande número de curiosos. Espera-se que a área seja bem delimitada e controlada a fim de evitar qualquer tipo de acidente.

6 Descrição das ações esperadas

O objetivo do exercício é verificar se os participantes percebem ou agem de uma determinada forma, conforme previsto nos planos e normas. Estas decisões e ações devem estar identificadas e a situação proposta deve ser capaz de provocá-las.

Exemplo: No caso do problema descrito anteriormente (cenário escolhido às margens de uma rodovia movimentada) é importante que o plano identifique a necessidade de ações de segurança, como por exemplo, a delimitação e controle da área com cones e fitas de isolamento, posicionamento de controladores, retirada ordenada de pessoas da área de risco e orientação antecipada da população local sobre o que irá acontecer, quando e como o simulado ocorrerá.

7 Preparação de mensagens

As mensagens são descrições totais ou parciais da situação, na forma de comunicações operacionais. Devem contribuir para o realismo da situação, tanto na linguagem como no meio de transmissão, desencadeando as decisões e ações esperadas.

Exemplo: Alerta urgente: Em função da previsão do tempo que indica fortes chuvas nas próximas horas, a Defesa Civil acionou seu plano de desocupação. Você deverá sair da área de risco e deslocar para uma área segura, conforme foi orientado anteriormente.

8 Definição das famílias/pessoas que serão envolvidas

É importante definir as famílias/pessoas que serão removidas de acordo com cenário de risco definido, a partir do qual as casas seriam afetadas. Assim, se o cenário de risco for, por exemplo, 200 mm de chuva provocando inundações, é necessário remover as famílias que seriam afetadas caso esse cenário ocorresse de fato.

Apesar de o exercício simulado ter objetivos específicos, envolvendo, muitas vezes, algumas e determinadas pessoas da comunidade, lembre-se de que a comunicação de riscos e a comunicação sobre a realização do simulado devem ser feitas para toda a comunidade, explicitando as razões do exercício e, se possível, informando quanto à realização de outras simulações. É importante que se otimize o momento de preparação do simulado para dar continuidade ao processo de comunicação de riscos com toda a comunidade.

9 Definição de sistema de alerta, alarme e monitoramento

Um sistema de alerta antecipado centrado na comunidade consiste na

transmissão rápida de dados que ativem mecanismos de alarme em uma população previamente treinada para reagir a um desastre.

Relevante definir o sistema de alerta e alarme que será utilizado no exercício simulado de acordo com o que consta no plano de contingência local. Deve-se garantir que seja incorporado pela comunidade após a realização do mesmo e que esta partilhe dos meios e mecanismos utilizados.

Os avisos de alerta e alarme devem chegar até as pessoas em perigo com antecipação suficiente para permitir o preparo. Além disso, a comunidade precisa conhecer esses avisos, compartilhar seus significados e importância, e integrar às suas práticas cotidianas.

10 Definição do abrigo provisório

O plano de contingência define os locais que serão utilizados como abrigos provisórios. É importante que seja um local seguro, de fácil acesso, próximo às áreas evacuadas, e que possam ser utilizados em situações reais de emergência.

Comumente, no Brasil, escolas são escolhidas como abrigos provisórios, o que decorre em alguns problemas quando retorna o período escolar. Contudo, muitas vezes é a única opção disponível ou são tão significativamente importantes para a vida comunitária que acabam sendo escolhidos como locais de abrigo. Nesse sentido, a definição dos abrigos deve considerar a segurança física ali disponível, mas também os significados compartilhados pela comunidade sobre os locais que podem lhes oferecer proteção em situação de emergência.

Outras opções comumente usadas são salões de igreja, ginásios, galpões, etc.

Certamente, muitos desses abrigos são previstos para serem utilizados temporariamente até o momento da intervenção dos órgãos de resposta e desenvolvimento de ações de assistência humanitária no local.

Outro aspecto relevante para escolher abrigos provisórios é que as condições do abrigo devem garantir os direitos humanos mínimos da pessoa nesta situação.

11 Remoção de animais domésticos

Assim como se prepara a remoção de seres humanos em áreas com risco, também se devem criar estratégias para remoção de animais domésticos. Fundamental refletir qual o órgão será responsável por esta ação e como ela será desenvolvida localmente. A remoção de animais domésticos necessita estar incluída no plano de contingência local e pode constar no cenário de desastres do exercício simulado e plano de ação respectivo.

12 Elaboração de um plano de ações e passo a passo de programação do simulado

Devem-se reunir as informações de logística, cenário e ações esperadas de resposta em um documento único. Esse documento poderá ser desdobrado em um plano de ações, passo a passo ou fluxograma de desocupação de comunidades afetadas por desastres.

O plano de ações consiste em um documento no qual, a partir de uma “hora zero” (de ocorrência do evento suposto), descreve de maneira esquemática e cronológica, uma sequência de ações que determinam a participação das pessoas e permite a atuação de instituições envolvidas de acordo com o plano de contingência e as finalidades determinadas para o exercício.

Deve-se definir, também, o comando das ações.

O passo a passo consiste em descrever todas as ações de execução do simulado, organizadas etapa a etapa, em sequência. Funcionará como um checklist durante a execução da atividade.

13 Definir planos de ação alternativos para execução do simulado

Algumas situações intervenientes podem ocorrer no momento de execução do exercício simulado: moradores podem desistir de participar; órgãos apoiadores podem ter problemas em exercer seus papéis; crianças estarem sozinhas em casa; recursos humanos ou materiais não aparecerem. Para resguardar a qualidade do exercício, ao mesmo tempo em que se prepara para estas situações extraordinárias, a construção de planos de ação alternativos é uma ferramenta interessante.

Crie e detalhe as ações alternativas para os possíveis imprevistos que podem ocorrer no momento do simulado.

14 Produção de mapas e croquis

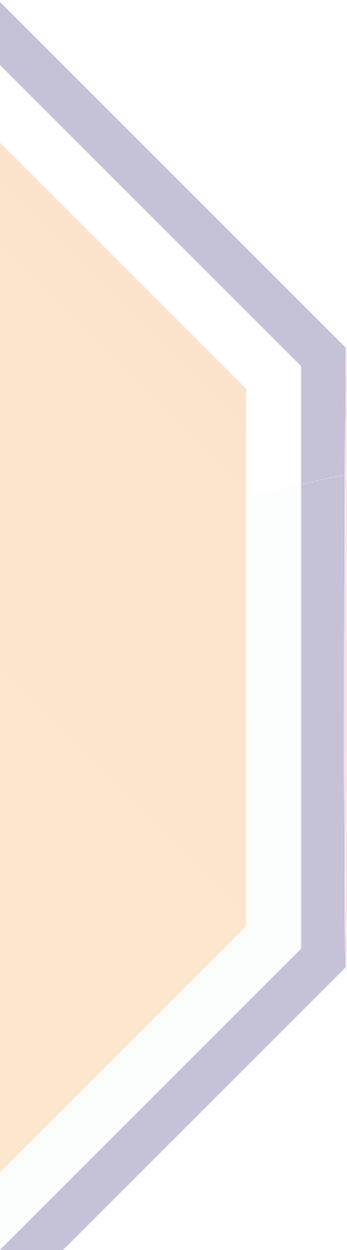
Os mapas e croquis devem indicar os setores que precisam ser removidos, as rotas de fuga e os pontos de encontro. Relacionar as instituições envolvidas na elaboração e disseminação dos planos e orientações sobre os aspectos do local.

15 Definição das áreas de segurança

Definir as áreas seguras e abrigos de acordo com o plano de contingência local. Utilizar espaços seguros reais, que de fato possam receber as pessoas em situação de emergência.

16 Definição de data e horário

Definir data e horário do simulado de acordo com a conveniência da comunidade, visando a sua plena participação.



17

Definição da participação dos meios de comunicação na realização dos simulados

É relevante a participação dos meios de comunicação no decorrer do exercício, uma vez que o simulado pode favorecer a disseminação de informações e a promoção de comunicação de risco, com foco na prevenção. Para isso, os meios de comunicação devem ser informados sobre a realização do exercício, ser integrados na fase do planejamento, particularmente na construção de pautas. É importante que os meios de comunicação sejam adequadamente conduzidos e pautados pela coordenação do simulado para que informações equivocadas não sejam divulgadas.

18

Definição dos observadores

Além dos meios de comunicação, é importante prever e definir a participação de observadores, os quais podem atuar como avaliadores do processo simulado. Definir aonde vão se localizar e o que devem observar, a partir de um roteiro de análise que servirá também no planejamento do exercício e na sua avaliação.

19

Difusão do plano de ações do simulado

Garantir que todos os envolvidos tenham conhecimento e compreendam o plano de ações elaborado. É importante realizar reuniões de checagem com a presença de todos os participantes, antes da simulação propriamente dita, para esclarecer dúvidas.

ETAPA III - MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE

A mobilização da comunidade é etapa primordial do processo, uma vez que é o foco do exercício de preparação para desastres. Assim sendo, deve-se cuidar para

que o simulado seja planejado e executado com a participação da comunidade, seja bem recebido por ela e não desgaste a sua relação com os órgãos de proteção civil.

É relativamente mais fácil desenvolver um exercício simulado em comunidades com as quais já se desenvolve um trabalho anterior de prevenção e capacitação. Em comunidades nas quais não houve contato anterior, é importante desenvolver outras ações antes de se planejar o exercício simulado, como capacitações e oficinas, entre outras atividades.

A realização de atividades dessa natureza implica na construção de vínculos com as comunidades e, no caso de setores públicos, também na assunção de compromisso de continuidade e permanência. Mesmo que não se declare à comunidade de que forma se dará essa continuidade ou se atenderá algumas das demandas colocadas, deve-se ter ciência de que a comunidade espera ações permanentes que a auxiliem na resolução de problemas ou que lhes resolva os problemas existentes.

Quando representantes da gestão pública entram em uma comunidade, recebem demandas atuais relacionadas a diferentes setores e, frequentemente, relacionadas a um passivo de omissão do poder público com relação à assistência social e outros aspectos. Assim sendo, é necessário deixar claro os objetivos da ação, a sua abrangência, os seus limites, auxiliar no encaminhamento de questões muitas vezes não relacionadas a riscos e desastres. É importante não produzir expectativas que não serão atendidas ou não responder a indagações da comunidade. Ressalte-se, mais uma vez, a importância de promover a participação social das populações moradoras em áreas com risco.



1 Reconhecimento da realidade local

Qualquer estratégia de mobilização deve partir do reconhecimento dos aspectos culturais locais, os quais compreendem o sistema de crenças e valores de

cada localidade. O plano de contingência e o plano de ações do simulado devem respeitar e, sempre que possível, integrar esses aspectos. Fundamental certificar-se se a comunidade conhece seus riscos a que está exposta, se compreende como são produzidos e quais as vulnerabilidades relacionadas, e se tem interesse em participar dessa modalidade de exercícios. Outras modalidades de exercícios podem se adequar melhor à realidade local.

2 Definição das pessoas da comunidade que devem participar do exercício

Os representantes comunitários devem participar de todas as etapas do exercício, incluindo preparação e planejamento. A definição das famílias a serem removidas faz parte da elaboração do plano de ações do simulado. Identificar o número de moradores que participará da atividade e cadastrá-los.

3 Definição das estratégias de comunicação e sensibilização da comunidade

Sempre que possível, deve-se respeitar as lideranças locais ou as redes locais existentes quando iniciar os contatos com a comunidade. Essas pessoas podem, inclusive, ser o primeiro meio de comunicação com as demais pessoas da localidade. Além disso, é importante definir outros meios de comunicação efetivos, os quais podem ser: reuniões, distribuição de informativos, carro de som, boca a boca, etc. Além dos meios de comunicação, é fundamental definir a linguagem e a mensagem.

4 Divulgação ou debate do plano de contingência local

Os participantes devem conhecer o plano de contingência local, o qual deve ser revisado com os mesmos para planejamento do exercício.

Assim como deve constar no plano de contingência local os mecanismos de proteção dos bens dos moradores removidos em situação de emergência, o planejamento do exercício simulado deve garantir a segurança dos bens das pessoas removidas durante a atividade. A comunidade deve ser informada de como será garantida essa proteção no decorrer do exercício.

Mesmo as pessoas que não participarão do exercício podem ser informadas de que será realizada a atividade em sua comunidade. O plano de contingência local deve, então, estar disponível para conhecimento de todos.

5 Divulgação e elaboração do plano de ações

Além do plano de contingência, é importante que os participantes conheçam o plano de ações, participem de sua elaboração e identifiquem quais as suas ações no processo.

Outras informações sobre mobilização de comunidades para ações de Defesa Civil podem ser encontradas em “Gestão Integrada de Riscos e de Desastres: contribuições da Psicologia” (2010).

ETAPA IV – EXECUÇÃO

1 Divisão dos grupos envolvidos na atividade

No início da execução do exercício, separam-se os grupos envolvidos na execução do simulado e define-se o posicionamento de cada um conforme sua tarefa.

2 Notificação da ameaça – sistema de alerta

Notificar a ameaça e dar início ao exercício com o sinal de alerta.

3 Comando e controle do exercício

Utilizar a assunção formal do comando, instalação de um posto de comando e integração das organizações e agências em um comando unificado. Separação da estrutura de coordenação do simulado e da resposta ao incidente.

Sobre gerenciamento de desastres, ver “Gerenciamento de Desastres – Sistema de Comando em Operações” (2010), Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/biblioteca/outros-titulos/manual-de-gerenciamento-de-desastres>

4 Sinalização das áreas seguras

Sinalizar as áreas seguras, abrigos, indicando para onde as pessoas devem se dirigir.

5 Deslocamento das pessoas para o abrigo

O deslocamento para o abrigo é uma etapa crítica do plano de contingência, fundamental para o sucesso do abandono de uma área de risco. Deve ser planejado caso a caso, considerando o uso ou não de veículos para esse deslocamento, em função da segurança e acesso ao abrigo.

6 Organização do abrigo para a recepção da população removida

É importante que o abrigo esteja preparado para receber as pessoas e que, no decorrer do período em que elas permaneçam ali, atividades sejam desenvolvidas com a finalidade de entretê-las e, também, promover ações de prevenção a desastres.

7 Divulgação na mídia de forma estruturada e integrada

Pautar a mídia com informações durante a execução do exercício simulado, enfatizando o caráter preventivo do evento.

8 Participação de figuras políticas

É necessário analisar a participação de figuras políticas (prefeito, deputado) para que o evento não perca o objetivo central que é o de capacitar a população para desocupação de áreas de risco. Elabore estratégias de participação destas personalidades de modo que não prejudique a atividade.

Outros aspectos podem ser encontrados em “Guía práctica para la realización de simulaciones y simulacros” (FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE SOCIEDADES DE LA CRUZ ROJA Y DE LA MEDIA LUNA ROJA, 2008), Disponível em <http://www.crid.or.cr/>. Na base de dados do CRID (Centro Regional de Información sobre Desastres) é possível encontrar materiais lúdicos, educativos, técnicos e científicos sobre desastres (ver: <http://www.cridlac.org>).

ETAPA V – AVALIAÇÃO

1 Adoção de formulários padronizados para a coleta de informações observadas, tanto quantitativas como qualitativas.

É importante estabelecer um método para avaliação dos simulados, de modo que se possam comparar os exercícios entre diferentes comunidades, avaliar os avanços alcançados com o exercício em uma mesma localidade, redefinir estratégias utilizadas, reavaliar o plano de contingência local, subsidiar as ações executadas pelas agências envolvidas, entre outros aspectos relevantes. A adoção

de formulários padronizados para coleta de informações, ou a elaboração de um guia de avaliação, podem ser alternativas para este processo. Alguns indicadores sugeridos são: tempo médio de desocupação pelas rotas de fuga definidas; número e nomes das agências envolvidas; número de pessoas removidas por exercício; número de profissionais envolvidos.

Outro aspecto relevante se refere à avaliação de reação da comunidade, logo após o evento e em nível local, quanto a sua efetividade e qualidade de resposta. Pode ser interessante voltar à comunidade após a realização do exercício para medir o efeito da mobilização.

2 Reunião de avaliação com os parceiros envolvidos, observadores e comunidade

Além dos formulários, é importante se reunir com todos os participantes, juntos ou isoladamente, com o objetivo de avaliar o exercício e estabelecer *feedbacks* entre as pessoas envolvidas.

CHECKLIST PARA AVALIAÇÃO DO SIMULADO

Os pontos apresentados a seguir consideram os aspectos mais relevantes das diferentes etapas do simulado e devem ser ajustados conforme a especificidade de cada exercício desenvolvido e com os objetivos definidos na etapa de preparação do simulado. Assim sendo, é importante adaptar o modelo de avaliação apresentado de acordo com esses objetivos, esclarecendo os critérios que serão avaliados.

Salienta-se que a comparação entre avaliações sucessivas possibilita a avaliação da condução do processo de capacitação e treinamento das equipes e comunidade, bem como a evolução destas iniciativas.

CRITÉRIOS A SEREM AVALIADOS

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.





ASPECTOS ORGANIZATIVOS	SIM	NÃO
Foi organizado o grupo coordenador do simulado		
Foram definidas as tarefas a serem desenvolvidas por cada um de seus membros		
Foi elaborado um plano de ações do simulado, guia ou passo a passo		
O guia elaborado estava de acordo com o plano de ação existente e com os recursos disponíveis		
Foi utilizado e divulgado o plano de contingência local		
O plano para remoção de pessoas foi revisado		
As pessoas da comunidade conheciam os procedimentos a seguir em caso de remoção		
Foi realizada reunião informativa com as pessoas da comunidade que participaram do simulado		
Foi realizada reunião interinstitucional para planejar e coordenar as ações das outras instituições		
As rotas de fuga e as áreas seguras foram sinalizadas		
Os meios de comunicação foram informados acerca da realização do simulado		
As pessoas da comunidade que não participaram do exercício foram informadas sobre a sua realização		

Os participantes foram informados sobre o sinal para iniciar o exercício		
Foi informado aos participantes sobre o seu comportamento durante a remoção e nas áreas de segurança		
Foi designado local e tarefas para os observadores durante o exercício		
Foram tomadas as medidas necessárias e foi dado sinal para suspender o simulado no momento adequado		
Foram elaborados planos de ação complementares (animais, crianças sozinhas, entre outros)		

ASPECTOS GERAIS	NÚMERO TOTAL	
Pessoas removidas		
Instituições participantes (preencha os nomes)		
Corpo de Bombeiros Militar:		
Polícia Militar:		
Defesa Civil:		
SAMU:		
Guarda Municipal:		
Cruz Vermelha:		



DESENVOLVIMENTO DO SIMULADO

Hora de início do simulado		
Hora de comunicação às outras instituições	CHAMADA	CHEGADA
Bombeiro:		
Polícia Militar:		
Defesa Civil:		
Cruz Vermelha:		
Hora de expedição da ordem de remoção das famílias		
Hora de início da remoção das famílias		
Hora de saída da última pessoa a ser removida		
Hora de chegada das pessoas ao abrigo		
Duração total do exercício		
Nas perguntas abaixo, marque E (Excelente), B (Bom), S (Satisfatório), R (Ruim) e NO (Não Observado)		
Cenário de risco escolhido	E (), B (), S (), R (), NO ()	
Rotas de fuga selecionadas	E (), B (), S (), R (), NO ()	

Áreas seguras seleccionadas	E (), B (), S (), R (), NO ()
Sistema de Alerta e Alarme utilizado	E (), B (), S (), R (), NO ()
Mensagens utilizadas	E (), B (), S (), R (), NO ()
Deslocamento das pessoas para o abrigo	E (), B (), S (), R (), NO ()
Qualidade do abrigo provisório	E (), B (), S (), R (), NO ()
Qualidade das atividades desenvolvidas no abrigo provisório	E (), B (), S (), R (), NO ()
Tarefas executadas pelas instituições parceiras	E (), B (), S (), R (), NO ()
Finalização do exercício e regresso dos participantes às suas casas	E (), B (), S (), R (), NO ()

Apareceram problemas durante a realização do exercício	SIM () NÃO ()
Comentário: _____ _____ _____ _____	



Desempenho das instituições participantes

Bombeiro:

Polícia Militar:

Defesa Civil:

Aspectos positivos do exercício:



Aspectos negativos do exercício:

Para avaliar a efetividade do simulado pode-se verificar se alguns aspectos ficaram definidos com relação à preparação para desastres, tais como:

- 1 Está definido e esclarecido a todos os participantes quais os órgãos ou instâncias responsáveis pela preparação e resposta frente aos desastres. Foram produzidos e estão implementados os instrumentos e protocolos que regulam estas funções e responsabilidades.
- 2 Existe um plano atualizado de contingência local e um plano de resposta a emergências, discriminando recursos humanos e materiais disponíveis.
- 3 Existem mecanismos de difusão e avaliação constante desses planos.
- 4 Existência de uma avaliação recente das ameaças e vulnerabilidades que permitem definir as condições frente ao risco.
- 5 Existência de comunicação constante entre as agências, com a finalidade de manter e atualizar os planos e contatos.
- 6 Existência dos resultados dos simulados anteriores com a finalidade de comparar os exercícios e melhorar a atuação de todos os envolvidos.



MATERIAIS PARA PESQUISA

Disponíveis na base de dados do CRID (Centro Regional de Información sobre Desastres), em: <http://www.crid.or.cr>:

- ◆ **Guía para el desarrollo de simulaciones y simulacros de emergencias y desastres.** Organización Panamericana de la Salud (OPS/OMS). Areas de Preparativos para Situaciones de Emergencia y Socorro en Casos de Desastres. Ciudad de Panamá; OPS/OMS. Áreas de Preparativos para Situaciones de Emergencia y Socorro en Casos de Desastres; jun. 2010. 107 p.
- ◆ **Simulacros escolares: Una guía para su preparación.** Panamá; UNICEF, 2010.
- ◆ **Simulacros: Guía para su preparación.** Tegucigalpa; Honduras. Comisión Permanente de Contingencias (COPECO); Agencia de los Estados Unidos para el Desarrollo Internacional (USAID), 2007.
- ◆ **Simulacro distrital de evacuación.** Bogotá; Colombia. Dirección de Prevención y Atención de Emergencias (DPAE); mar. 2007.
- ◆ **Manual de ejercicios de evacuación “simulacros”.** México. Gobierno del Distrito Federal. 2005. México, D. F. MEXICO.
- ◆ **Guía práctica para la realización de simulacros.** México. Centro Nacional de Prevención de Desastres (CENAPRED). México. Secretaría de Gobernación. México. Sistema Nacional de Protección Civil. 1999.
- ◆ **Preparación comunitaria para casos de desastre.** El Salvador. Cruz Roja Salvadoreña. feb. 1994. San Salvador. SV.

GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE CONTINGÊNCIA

Plano de Contingência é o documento que registra o planejamento elaborado a partir do estudo de um determinado cenário de risco de desastre. Os cenários de risco, ou seja, a probabilidade de ocorrer um evento adverso, a estimativa de sua magnitude e a avaliação dos prováveis danos e prejuízos, são elaboradas a partir da análise de risco.

Obtendo um Plano

Uma das atividades da COMDEC é a elaboração de planos baseados em cenários de risco, ou seja, em uma estimativa de como um determinado evento, possível de ocorrer, vai afetar as comunidades.

Esses planos são montados de acordo com uma projeção futura: o planejador imagina várias coisas que podem ocorrer e determina previamente quais os recursos operacionais necessários e como esses recursos vão agir.

Este plano, denominado “Plano de Contingência”, facilita muito a resposta inicial aos desastres, pois, quando o evento ocorre, já foram reunidas e organizadas previamente as informações básicas, a divisão de autoridade e combinada a responsabilidade entre os órgãos, as estratégias, as táticas e alguns aspectos operativos. Se o plano tiver sido adequadamente divulgado e treinado, todos conhecem o seu papel.

O plano também pode ter vários formatos e componentes, dependendo de peculiaridades locais ou escolha de metodologias. É interessante que seja construído coletivamente, em parcerias com representantes das comunidades, a que estão inseridos.

Alguns componentes podem ser considerados essenciais, pois dão respostas que serão importantes para que as pessoas envolvidas nas ações previstas no plano saibam o que se espera delas. Os componentes do plano estão relacionados a:



Introdução

Refere-se à descrição da competência legal para a elaboração do plano (se for o caso), relacionando os participantes do processo de planejamento, enumerando quem receberá cópias do plano e orientando quanto ao seu uso e atualização.

Finalidade

Uma breve descrição dos resultados esperados com o plano, ou seja, para que o plano serve.

Situação e cenários de risco

A descrição dos cenários de risco que foram identificados na avaliação de risco. Este tópico ajuda a compreender o foco do planejamento, pois esclarece o cenário de risco, tal como foi considerado pela equipe de planejamento.

Conceito de operação

Descrição de quando e como os vários recursos previstos serão ativados, desde o alerta inicial e, ao longo de toda a evolução do desastre, explicando as suas responsabilidades.

Estrutura de resposta

Registro de como as agências e instituições, envolvidas na resposta aos desastres, serão organizadas, na medida em que forem acionadas, definindo quem organizará as ações, quais as responsabilidades de cada organização e quais as linhas de comunicação e de autoridade.

Administração e logística

Descrição de quais recursos materiais e financeiros que provavelmente serão necessários ao longo da evolução do desastre, desde o alerta até o início da reconstrução, indicando de que maneira esses recursos serão mobilizados junto ao Governo, às organizações não governamentais e às agências voluntárias.

Atualização

Estabelecer quem terá a responsabilidade pela atualização do plano e seus anexos, além de determinar como este processo será conduzido por meio de treinamentos, exercícios, estudo de caso e atualização da Análise de Riscos.

Este plano básico pode ser aumentado com anexos, que somam informações sobre os recursos cadastrados, os estudos existentes a respeito daquele cenário de risco, a legislação pertinente àquele tipo de desastre considerado, e outras julgadas convenientes.

Todavia, o plano não pode ficar tão complexo que dificulte a sua principal função, que é a de esclarecer às pessoas dos órgãos envolvidos, quais são suas responsabilidades, objetivos e tarefas, de uma maneira rápida e clara.

Planejando para alguns aspectos comuns

Olhando dessa forma, a elaboração de planos de contingência parece muito complexa e trabalhosa. Se considerarmos que uma comunidade não possui apenas um cenário de risco, você pode imaginar uma grande dificuldade para realizar um novo planejamento para cada tipo de evento, precisando reunir pessoas e informações, identificando procedimentos e estabelecendo responsabilidades.

Porém, muitos desastres possíveis provocam algumas consequências comuns, para as quais é preciso ter um bom planejamento que é aproveitado pelos vários planos de contingência com pequenas variações.

Na maioria das operações será preciso acionar os órgãos de emergência, estabelecer a comunicação entre todos e controlar o emprego de pessoas, materiais e recursos financeiros. Ainda em muitos desastres, pessoas têm que ser obrigadas a sair de suas residências, seja por causa da água, do vento ou do fogo. Essas pessoas têm que ser avaliadas, alimentadas e atendidas, com pequenas variações, em enchentes, vendavais ou deslizamentos de terra.



Então, é possível ter um esquema de abrigos planejado, equipado e treinado, que integrará os planos de contingência com pequenas modificações.

Além de facilitar o planejamento, isso facilitará a execução, pois as pessoas e organizações envolvidas terão que conhecer uma quantidade menor de procedimentos do que se as tarefas fossem sempre diferenciadas de acordo com os desastres.

Alguns cuidados devem ser tomados no planejamento destas funções mais comuns, a fim de garantir que elas atinjam os objetivos propostos:

1 Monitoramento, alerta e alarme: quando ativar o plano

Muitos planos deixam de ser colocados em prática porque não são ativados em um desastre.

Por que isso acontece?

Simplesmente porque as pessoas encarregadas esquecem de fazer isso quando estão sob a pressão de uma situação que evolui rapidamente.

Por isso, o plano deve prever quais são os indicadores que determinarão a sua ativação, isto é, quais as informações que desencadearão o plano. Por exemplo, para chuvas, pode ser o alerta meteorológico da Defesa Civil Nacional. Para enchentes, pode ser quando o rio atinge uma determinada cota. Para estiagem, a precipitação de chuvas acumulada nos últimos 30 dias, e para desastres com produtos perigosos, a comunicação de um acidente.

Além disso, é fundamental que as pessoas que recebem essas informações tenham um procedimento preestabelecido, dizendo a quem devem comunicar, como devem fazer e com que urgência. Você não vai querer que a sua comunidade sofra com uma tempestade inesperada, enquanto um fax de alerta aguarda resposta na gaveta de uma mesa da COMDEC.

2 Acionando os meios necessários

O acionamento dos meios necessários é outro passo importante. Um equívoco comum é tentar gerenciar as ações de resposta ao desastre sozinho, até que a situação se torne incontrolável. Por isso, o planejamento prévio deve determinar quando e como os recursos serão acionados, e uma pessoa deve estar encarregada desta tarefa. Este é outro aspecto comum aos eventos em geral, pois, embora a combinação e a ordem das organizações a serem acionadas possam variar de uma situação para outra, normalmente as que auxiliam são sempre as mesmas e a forma de avisá-las não muda.

3 Relações com a mídia

A relação com a mídia também é um fator comum a todos os desastres, pois sempre há um grande interesse da imprensa em divulgar fatos com repercussão para a comunidade.

Mesmo assim, na maioria dos desastres, sejam de grande ou pequeno porte, há uma deficiência neste contato que provoca atritos e desinformação.

Consideramos o que já foi visto sobre a Defesa Civil. É preciso estar convencido de que ela é uma articuladora de recursos, que busca agregar os esforços em uma direção comum: a redução de desastres.

Então, é também necessário que este esforço unificado tenha uma linguagem única ao se dirigir à comunidade por meio da imprensa, o que só pode acontecer se todos os envolvidos concordarem em utilizar um único canal de informações, seja por meio de um porta-voz ou de boletins escritos.

Sobre relações com a mídia ver “Comunicação de riscos e de desastres” (2010).

SISTEMA DE ALERTA E MONITORAMENTO²

Um sistema completo e eficaz de alerta antecipado compreende quatro elementos inter-relacionados (conhecimento dos riscos; serviços de monitoramento, alerta e alarme; difusão e comunicação; e capacidade de resposta), que vão desde o conhecimento das ameaças e vulnerabilidades (avaliação de riscos) de uma determinada área até a preparação e capacidade de resposta ao desastre (desocupação bem-sucedida).

CONHECIMENTO DOS RISCOS

Os riscos se devem a uma combinação de ameaças e vulnerabilidades em uma área determinada. A avaliação de risco requer a coleta e análise sistemática de informações e deve levar em conta a natureza dinâmica das ameaças e vulnerabilidades produzidas por processos de urbanização, mudanças no uso da terra em zonas rurais, degradação ambiental e mudanças climáticas. As avaliações e os mapas de riscos ajudam a motivar a população, estabelecendo prioridades para as necessidades dos sistemas de alerta antecipado e servem de guia para os preparativos de prevenção e resposta aos desastres.

SERVIÇOS DE MONITORAMENTO, ALERTA E ALARME

Os serviços de monitoramento, alerta e alarme contra desastres são um componente fundamental do sistema. É necessário contar com uma base científica

² Texto traduzido e adaptado pelo Cel BM Marcos de Oliveira, a partir do original da ONU - United Nations - Platform for the Promotion of Early Warning (PPEW). Hermann-Ehlers-Strasse 10D – 53113, Bonn, Germany, isdr-ppew@un.org ou www.unisdr-earlywarning.org

sólida para antecipar e prevenir ameaças e com um sistema confiável de previsão, alerta e alarme que funcione 24 horas por dia. O monitoramento contínuo das ameaças é essencial para o desenvolvimento de avisos de alerta e alarme precisos e adequados. Os serviços de alerta e alarme para as várias ameaças devem ser coordenados, na medida do possível, aproveitando as redes de comunicação formais (institucionais) e as redes de comunicação informais existentes na comunidade.

DIFUSÃO E COMUNICAÇÃO

Os avisos de alerta e alarme devem chegar até as pessoas em perigo com antecipação suficiente para permitir o preparo. A geração de respostas adequadas que ajudem a salvar vidas e meios de subsistência às populações afetadas exigem mensagens claras que forneçam informações simples e úteis, especialmente, sobre o que fazer diante do desastre. Talvez o maior desafio, durante as primeiras horas após um desastre, seja garantir que a informação passada à imprensa e à população seja clara e reflita as necessidades prioritárias das pessoas e áreas afetadas. Assim, aspectos da comunicação e a relação entre pessoas e organizações públicas de resposta com os meios de comunicação acabam por se converter em uma variável fundamental para a gestão eficiente e eficaz do desastre como um todo. Por isso, é necessário que se definam antecipadamente os sistemas de comunicação que serão utilizados e quem serão os porta-vozes autorizados. A utilização de múltiplos canais de comunicação é essencial para garantir que o alerta e alarme alcancem tantas pessoas quanto possível.

CAPACIDADE DE RESPOSTA

É de suma importância que as comunidades compreendam os riscos que correm, respeitem os serviços de alerta e alarme e saibam como agir diante de



emergências e desastres. A esse respeito, os programas de educação e preparação desempenham um papel fundamental. No entanto, mesmo assim, é essencial que hajam planos de contingência para orientar a resposta aos desastres, planos estes que tenham sido construídos com ampla participação comunitária, objeto de prática e submetidos à prova. As pessoas que vivem em áreas de risco devem aprender a conviver com os riscos e estarem muito bem informadas sobre como agir diante de alertas antecipados sobre desastres, como adotar comportamentos seguros, quais as melhores rotas de fuga e as melhores maneiras de evitar danos e prejuízos.

ATORES DO PROCESSO

O planejamento e implementação de um sistema eficaz de alerta antecipado requerem a contribuição e a coordenação de uma grande variedade de pessoas, grupos e organizações. A seguir, você encontrará uma breve explicação sobre esses grupos, suas funções e responsabilidades:

As comunidades: em particular, aquelas mais vulneráveis, que representam o ponto fundamental dos sistemas de alerta antecipado para riscos e desastres. Faz-se necessário que as comunidades participem ativamente de todos os aspectos do planejamento e da implementação de tais sistemas, que conheçam as ameaças a que estão expostas e que possam adotar medidas para reduzir ao mínimo a possibilidade de sofrerem danos e prejuízos.

As autoridades locais: da mesma forma que as pessoas e as comunidades, constituem o núcleo de um sistema eficaz de alerta antecipado para riscos e desastres. Os governos estaduais e nacional devem apoiar as autoridades locais e estas devem conhecer profundamente as ameaças a que estão expostas suas comunidades e participar ativamente da criação e manutenção dos sistemas de alerta antecipado. As autoridades locais devem conhecer também

as informações e recomendações básicas diante de um desastre e estar em condições de assessorar, instruir e garantir a participação da população local a fim de ampliar a segurança pública e reduzir a possibilidade de perdas e danos na comunidade.

Os governos nacionais: são os responsáveis pelas políticas públicas e regulamentações que facilitam um sistema eficaz de alerta antecipado para riscos e desastres. Também coordenam os sistemas de monitoramento, alerta e alarme que preveem e emitem os alertas nacionais de ameaça. Os governos nacionais devem atuar integrados com as estruturas internacionais, regionais e locais, para reforçar a capacidade dos sistemas e encarregar-se de que os alertas e as respostas sejam dirigidos a todos, especialmente às populações mais vulneráveis. Outra função importante do governo nacional é a de apoiar e prestar ajuda às comunidades e governos locais para que esses possam desenvolver suas capacidades operativas de resposta a desastres.

As organizações civis: auxiliam na conscientização entre as pessoas, comunidades e organizações que participam do sistema de alerta antecipado. Podem desempenhar um papel importante na promoção de sistemas de alerta antecipado, de forma que os mesmos se mantenham na agenda dos governos e dos encarregados pela formulação de políticas públicas.

O setor privado: geralmente atua em sistemas de alerta antecipado destinados a suas próprias organizações, no entanto, possui um grande potencial ainda não aproveitado em relação à administração de serviços especializados, conhecimentos aplicados e oferta de donativos, bens e serviços.

A comunidade científica e acadêmica: também tem papel relevante quando oferece apoio científico e técnico especializado para ajudar governos e comunidades a desenvolver sistemas de alerta antecipado. Suas competências são fundamentais na análise de riscos de ameaças naturais e na elaboração



de serviços de tabulação de dados, intercâmbio de informações, tradução de informações científicas em mensagens compreensíveis e na difusão de alertas às pessoas em risco.

MODELO DE AVALIAÇÃO BASEADO EM LISTA DE VERIFICAÇÃO

1 PRIMEIRO ELEMENTO-CHAVE: Conhecimento dos riscos

Objetivo: Estabelecer um processo sistemático e uniformizado para coletar, avaliar e compartilhar informações, mapas e tendências em relação a ameaças e vulnerabilidades.

Identificação de ameaças naturais

- () Análise e avaliação das características das principais ameaças naturais - intensidade, frequência e probabilidade - e seus dados históricos;
- () Elaboração de mapas de ameaças para identificação das zonas geográficas e comunidades que poderão ser afetadas por ameaças naturais;
- () Elaboração de mapas integrados de ameaças para avaliar a interação de diversas ameaças conjuntamente.

Análise da vulnerabilidade das comunidades

- () Avaliação de vulnerabilidades nas comunidades para todas as ameaças naturais relevantes identificadas;
- () Consideração das fontes de dados históricos e de possíveis ameaças futuras nas avaliações de vulnerabilidade;

- () Documentação e elaboração de mapas de vulnerabilidade (por exemplo, representação gráfica e localização das populações que vivem em encostas e áreas de deslizamentos).

Avaliação de risco

- () Avaliação da interação entre ameaças e vulnerabilidades para determinação do risco que enfrenta cada região ou comunidade;
- () Realização de consultas entre a comunidade e o setor privado para garantir que as informações sobre riscos sejam amplas e confiáveis;
- () Identificação e avaliação de atividades que possam vir a incrementar o risco;
- () Integração dos resultados das avaliações de risco em planos locais de gestão de risco e mensagens de alerta.

2

SEGUNDO ELEMENTO-CHAVE: Serviços de monitoramento, alerta e alarme

Objetivo: Estabelecer um serviço eficaz de monitoramento, alerta e alarme de ameaças a partir de uma sólida base científica e tecnológica.

Estabelecimento de mecanismos institucionais para funcionamento do sistema

- () Estabelecimento por lei de processos uniformes de funções e responsabilidades para todas as organizações que emitem alertas e alarmes;
- () Criação de um plano para todas as ameaças a fim de obter uma maior eficiência e eficácia entre os diversos sistemas de alerta antecipado;
- () Criação de um sistema de monitoramento, alerta e alarme permanente, com funcionamento 24 horas por dia;

- () Estabelecimento das regras e dos colaboradores do sistema local de alerta antecipado, incluindo as autoridades locais;
- () Aprovação de protocolos para definir responsabilidades e os canais de comunicação para os serviços técnicos de alerta;
- () Realização de exercícios que avaliem o sistema de alerta antecipado ao menos uma vez ao ano;
- () Criação de um sistema para verificar se os alertas estão chegando até os seus destinatários.



3 TERCEIRO ELEMENTO-CHAVE: Difusão e comunicação

Objetivo: Desenvolver um sistema de alerta antecipado para alertar as pessoas e as comunidades de ameaças naturais iminentes e facilitar a difusão e troca de informações entre os envolvidos.

Institucionalização de processos organizacionais e de tomada de decisão

- () Estabelecimento de uma cadeia de difusão de alertas mediante políticas governamentais (por exemplo, transmissão de mensagens de autoridades públicas aos encarregados de serviços de emergência e às comunidades);
- () Habilitação de autoridades reconhecidas para a difusão de alertas (por exemplo, autoridades meteorológicas para difundir mensagens de alerta sobre condições do tempo e autoridades de saúde para difundir mensagens de alerta sobre saúde).

Instalação de sistemas e equipamentos de comunicação para transmissão de alertas

- () Identificação dos sistemas de comunicação e difusão de alertas nas distintas comunidades (por exemplo, rádio e televisão para quem tem acesso a esses

meios, mensagens por torpedo – SMS para quem tem acesso à telefonia celular, sistemas de sirenes, uso de bandeiras de alerta e transmissão de alertas por mensageiros de casa em casa para comunidades distantes);

- () Utilização simultânea de múltiplos meios de comunicação para difusão de alertas.

Recebimento e compreensão das mensagens

- () Adaptação das mensagens às necessidades concretas das pessoas em risco;
- () Inclusão de orientações específicas nas mensagens (por exemplo, necessidade de desocupação da área e deslocamento para área segura de reunião, instruções para proteger animais domésticos);
- () Emissão de alertas específicos sobre o caráter da ameaça e suas possíveis consequências;
- () Estabelecimento de mecanismos para informar a comunidade que a ameaça já passou;
- () Condução de estudos para avaliar como as mensagens foram recebidas e interpretadas pelas pessoas e incorporação de lições aprendidas para melhorar o processo no futuro.

4

QUARTO ELEMENTO-CHAVE: Capacidade de resposta

Objetivo: Fortalecer a capacidade das comunidades para responder aos desastres naturais mediante uma melhor educação sobre os riscos e a participação comunitária na preparação para desastres.

Respeito aos alertas

- () Desenvolver estratégias para que as mensagens de alerta e alarme sejam

recebidas com credibilidade e confiança por parte da comunidade (por exemplo, usar fontes fidedignas – autoridades públicas, líderes comunitários, respeitadas organizações comunitárias);

- () Reduzir ao mínimo falsos alarmes e diferenciar alertas reais e situações simuladas de treinamento, explicando a importância de cada um deles.

Elaboração de planos de preparação e resposta em caso de desastres

- () Aprovação de planos de preparação (contingência) e resposta em caso de desastres;
- () Emprego de mapas de ameaças e de vulnerabilidades para a elaboração dos planos de preparação e resposta de emergência;
- () Realização de exercícios simulados para avaliação dos planos de preparação e resposta de emergência na prática, bem como para comprovar a eficácia dos processos de difusão de alertas antecipados;
- () Avaliação da participação dos diversos atores (comunidade, autoridades locais, organizações de resposta, etc.) na resposta das emergências, com vistas à melhoria constante do processo;
- () Incorporação de lições aprendidas nos planos de gestão de desastres.

Ampliação da conscientização e da educação pública

- () Garantia da difusão permanente de informações simples sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos, e de como agir diante de desastres, tanto nas comunidades vulneráveis, como também entre os envolvidos na formulação de políticas, preparação e resposta a emergências;
- () Capacitação da comunidade para que reconheça sinais de ameaças hidrometeorológicas e geofísicas, a fim de que possa agir de imediato diante de um desastre iminente;

- () Realização de campanhas de conscientização e de educação públicas permanentes.

SIMULADO DE PREPARAÇÃO PARA RESPOSTA AOS DESASTRES – A Experiência de Salvador³

Em maio de 2011, a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Salvador – CODESAL, junto à Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura – SETIN e à Prefeitura Municipal de Salvador – PMS, realizou o primeiro Simulado de Preparação para Resposta aos Desastres nas comunidades Bosque Real e Sete de Abril.

Contou com a parceria da Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC e da Coordenação de Defesa Civil do Estado da Bahia – CORDEC, e com o apoio do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina – CEPED UFSC.

Outros órgãos foram envolvidos com o objetivo de fazer uma avaliação prévia da disponibilidade das instituições, qualidades e quantidade de recursos humanos e materiais, e promover o relacionamento entre estes diferentes setores. Nesse sentido, participaram do evento os seguintes órgãos: SUCOM / SETAD / LIMPURB / SMS / SUSPREV / TRANSALVADOR / SAMU / BRIGADA SÃO SALVADOR / COBM / NUDEC / EMBASA / COELBA / ABMS-ABGE.

Objetivos Definidos

Geral

Estabelecer um plano tático para a prevenção de desastre geológico/geotécnico, de acordo com o Plano de Contingência para Chuva - PCC.

³ Este caso de Salvador foi adaptado da apresentação de Osny Bomfim Santos, subsecretário para Assuntos de Defesa Civil da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – CODESAL, realizada no VIII Fórum Nacional de Defesa Civil em Maceió, Alagoas, 2011. Disponível em: <http://www.defesacivil.gov.br/pdf/forum>



Específicos

- Fixar procedimentos para a consolidação de um sistema permanente de monitoramento, alerta e alarme para situações de risco e desastres;
- Criar mecanismos para mobilização de moradores de áreas de risco geológico para evacuação em situação de desastre.

Metas Definidas

- Envolver aproximadamente 50 (cinquenta) imóveis e 150 (cento e cinquenta) moradores;
- Garantir a participação de, pelo menos, 05 órgãos setoriais e 05 órgãos de apoio pertencentes ao Sistema Municipal de Defesa Civil - SMDC.

Planejamento

- Realização de reuniões preparatórias para o simulado com os técnicos e gestores das SEDEC, CORDEC e CODESAL;
- Planejamento das Ações: seleção da área – mapeamento de risco, articulação com lideranças comunitárias, preparação do NUDEC local e elaboração de diagnóstico social;
- Promoção de reunião preparatória com os representantes dos órgãos do SMDC e com a comunidade de Bosque Real;
- Realização de Avaliação de Cenário com os órgãos do SMDC – definição de rotas de fuga e barreiras, pontos de encontro, centro de abrigo e delimitação de área de influência do simulado;
- Elaboração do Plano de Evacuação – definição de equipes de trabalho e suas atribuições, procedimentos padrões, tendo como referência o Plano de Contingência para Chuva - PCC;
- Mobilização da comunidade para a participação no simulado;

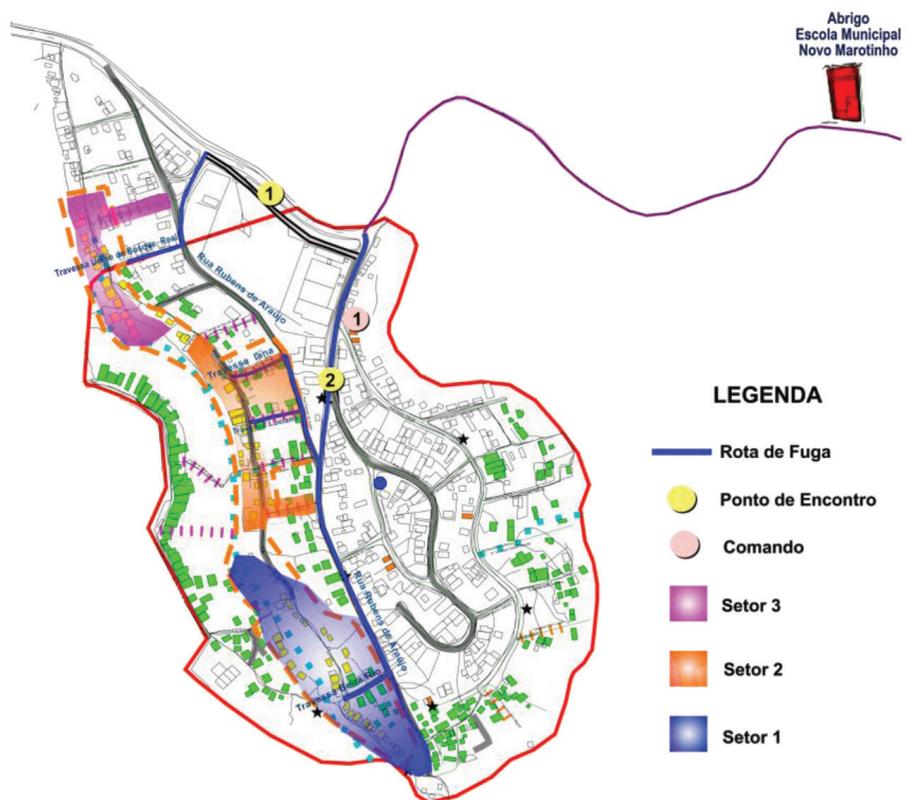


- Execução do simulado;
- Monitoramento e Avaliação – relatos de observadores do SMDC, análise de informações veiculadas pela mídia, análise de registros audiovisuais, reunião entre técnicos da CODESAL e comunidade.

Etapas de Planejamento, Mobilização e Execução

Mapeamento da Área

Em Salvador, a Defesa Civil optou por selecionar comunidades para realização dos simulados com as quais já desenvolviam ações de prevenção e preparação para desastres. A partir de um mapa de risco existente, discriminou-se os setores a serem envolvidos, delineou-se rotas de fuga, pontos de encontro e comando.



LEGENDA

- Rota de Fuga
- Ponto de Encontro
- Comando
- Setor 3
- Setor 2
- Setor 1



Avaliação de Cenário

A avaliação do cenário foi realizada pelos agentes de Defesa Civil em conjunto com lideranças comunitárias. Os agentes foram *in loco* nas residências, identificando as ameaças e vulnerabilidades da comunidade e mapeando as famílias que precisariam ser envolvidas.



Mobilização dos Moradores

A mobilização foi realizada por meio de visitas domiciliares, entrega de folder e carro de som, pelos agentes de Defesa Civil, os quais em equipes. Cada equipe ficou responsável por atender um diferente setor da comunidade e as respectivas famílias ali residentes.

Aproximadamente quinze dias antes da realização da atividade, o agente de Defesa Civil visitou as casas dos moradores e explicou o objetivo da atividade, entregou um folder de divulgação do simulado e passou as principais orientações às famílias.

Poucos dias antes da execução do simulado, o agente de Defesa Civil entregou um folder com as orientações detalhadas e passo a passo da atividade, discriminando as ações, os pontos de encontro e o deslocamento para o abrigo.



Equipes

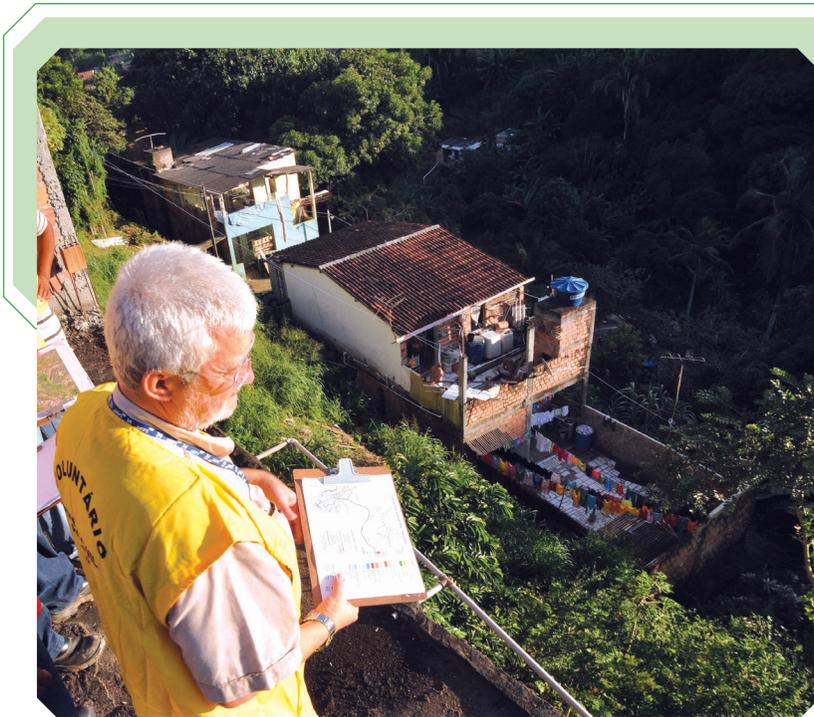
Para cada setor foi destinada uma equipe com:

- Um Coordenador de Área: 01 Técnico da Defesa Civil;
- Equipe de Apoio da Defesa Civil: 5 colaboradores;
- Guardas Municipais: 06 colaboradores;
- Bombeiros: 02 colaboradores;
- Nudec: 02 membros do Núcleo Comunitário.

Assim sendo, três equipes foram formadas e direcionadas ao setor respectivo.

Execução do Simulado – Passo a Passo

- 1 Monitoramento meteorológico de fortes chuvas pelo CENAD
- 2 Acionamento do SMDC
- 3 Chegada dos técnicos da ABGE/ ABMS na área
- 4 Avaliação da área – técnicos da Defesa Civil e ABGE / ABMS
- 5 Ligação para Defesa Civil (199) por liderança comunitária
- 6 Registro da solicitação do Setor de Rádio e Telefonia (199)
- 7 Deflagração da operação
- 8 Alerta aos moradores pela equipe de evacuação



- 9 Posicionamento das equipes de evacuação
- 10 Recepção dos representantes dos órgãos
- 11 Início da evacuação
- 12 Encaminhamento dos moradores ao ponto de encontro
- 13 Transporte de moradores para o abrigo – fim da evacuação
- 14 Recepção – chegada ao centro de convivência



15 Cadastramento dos moradores

16 Almoço de confraternização – fim das atividades

17 Palestra sobre convivência em abrigos



Assistência Especial

Foi construído um plano de atenção especial aos idosos e crianças que seriam removidos. Neste plano previa-se o auxílio de bombeiro para o deslocamento dos idosos e para a remoção das crianças de suas residências com maior segurança.

Dificuldades Encontradas

- Falta de informação no momento da evacuação quanto ao acolhimento de animais, tendo em vista que não foi produzido um plano de remoção de animais;



PROPOSTA: construir planos de remoção de animais em situação de emergência, discriminando locais de abrigo e determinando órgão ou pessoa responsável pelo acompanhamento e cuidado aos animais.

- Falta de definição sobre a responsabilidade das crianças que se encontravam sozinhas nas residências;



PROPOSTA: neste caso, algumas agências poderiam ser acionadas junto ao Serviço Social do Município, como os Conselhos Tutelares.

- Não cumprimento do horário combinado para o início da operação pelas equipes de alguns órgãos do SMDC;



PROPOSTA: o compromisso das equipes depende do tempo e da qualidade das relações estabelecidas entre as pessoas e instituições. Comunicações devem ser feitas para as instituições, notificando atraso e suas repercussões na qualidade do exercício. Tais considerações devem ser explicitadas, também, no momento da avaliação. Para enfrentar os imprevistos, sugere-se a criação de planos alternativos.

- Técnicos do SMDC sem o conhecimento prévio do plano de ação elaborado e divulgado para representantes destes órgãos que compareceram às reuniões de preparação;

PROPOSTA: necessita-se readequar as estratégias de divulgação do plano, de modo que todos os envolvidos tenham conhecimento do mesmo e reconheçam as suas ações e responsabilidades.

- Falta de sinalização dos pontos de concentração das equipes de evacuação.

PROPOSTA: a sinalização possibilita a melhor identificação dos pontos de encontro e abrigo no momento do exercício simulado. Além desta, as equipes podem precisar de outras sinalizações para melhorar o seu desempenho na atividade. Tais demandas devem ser previstas no planejamento do simulado.

Aspectos positivos

- Equipe: organização, motivação, flexibilidade, articulação, comprometimento;
- Engajamento dos moradores, em especial do NUDEC e voluntários;
- Envolvimento dos órgãos do SMDC;
- Apoio da SEDEC e CORDEC;
- Cobertura da mídia impressa e televisiva;
- Logística – fortalecimento do Sistema, com o apoio de órgãos municipais,

estadual e federal, para garantir os recursos necessários: transporte, equipamentos, materiais de consumo e alimentação;

- Abrigo – estrutura, acolhimento e atividades lúdicas desenvolvidas;
- Nivelamento das informações com a equipe envolvida no simulado;
- Elaboração do plano de ação, de mobilização e de evacuação – planejamento participativo;
- Sensibilização das comunidades de áreas de risco através de um trabalho socioeducativo efetivo;
- Estímulo para realização de outros simulados no município.

De modo geral, foi possível observar a importância da identificação e indicação das rotas de fuga, pontos de encontro e possíveis locais de abrigo trabalhadas anteriormente com as comunidades, por meio da Defesa Civil Itinerante. Tal aspecto reflete a relevância das capacitações anteriores, situando o simulado como uma atividade complementar às demais atividades de redução de vulnerabilidade aos desastres.

A execução do simulado também permitiu encaminhar as informações dos imóveis cadastrados, como grau de risco alto ou muito alto, para inclusão das famílias em projetos e programas habitacionais existentes no município de Salvador. O simulado pode decorrer, portanto, em ações resolutivas para as comunidades em áreas com risco.

Dentre seus resultados mais efetivos está o estabelecimento de cronograma permanente de Simulados de Preparação a Resposta aos Desastres - SPD, contribuindo para a sensibilização contínua das comunidades para enfrentamento de desastres e gestão dos riscos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O treinamento e a educação das comunidades são fundamentais para reduzir riscos e prevenir perdas. As pessoas devem saber o que fazer frente a uma situação de emergência e, também, de que maneira podem contribuir no gerenciamento cotidiano dos riscos de desastres.

A implementação de sistemas de alerta antecipado, a realização de simulados, a criação de planos de contingência local e municipal são importantes ferramentas de gestão. Devem ser construídas de acordo com a cultura local, a tecnologia disponível, a linguagem e o nível de educação das populações potencialmente afetadas.

É necessário, portanto, investir na sensibilização das populações em relação à comunicação dos riscos aos quais estão sujeitas, no relacionamento entre Defesa Civil, agências de apoio e resgate e comunidades, atuando com foco na prevenção, preparação e assistência.

O envolvimento prévio das comunidades no desenvolvimento das medidas para a redução dos riscos deve ser o acento tônico da boa administração pública, enfatizando a transparência e o diálogo em todos os níveis da sociedade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério das Cidades / Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT. *Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios* / Celso Santos Carvalho, Eduardo Soares de Macedo e Agostinho Tadashi Ogura, organizadores – Brasília: Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, 2007.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Comunicação de riscos e de desastres*. Florianópolis: CEPED, 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Defesa Civil. Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2007. 82p. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/pndc.asp>>.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Gestão de riscos e de desastres: contribuições da psicologia*. Florianópolis: CEPED, 2010.

CENTRO DE CAPACITACIÓN Y PREVENCIÓN PARA EL MANEJO DE EMERGENCIAS Y MEDIO AMBIENTE S.O.S VIDAS PERÚ UNESCO; NU. ESTRATEGIA INTERNACIONAL PARA LA REDUCCIÓN DE DESASTRES (EIRD). *Guía para el manejo de simulacros de evacuación para una preparación y planeamiento en centros educativos*, 2007. <http://www.crid.or.cr>.

CENTRO NACIONAL DE PREVENCIÓN DE DESASTRES (CENAPRED). *Guía práctica para la realización de simulacros*. México. Secretaría de Gobernación. Sistema Nacional de Protección Civil. 1999. <http://www.crid.or.cr>.

CEPREDENAC - PNUD. *La gestión local del riesgo. Nociones y precisiones en torno al concepto y la práctica*. Programa Regional para la Gestión del Riesgo en America Central, 2003.

COMISIÓN PERMANENTE DE CONTINGENCIAS (COPECO); AGENCIA DE LOS ESTADOS UNIDOS PARA EL DESARROLLO INTERNACIONAL (USAID). Simulacros: *Guía para su preparación*. Tegucigalpa; Honduras. Comisión Permanente de Contingencias (COPECO); Agencia de los Estados Unidos para el Desarrollo Internacional (USAID), 2007.

CRUZ ROJA SALVADOREÑA. *Preparación comunitaria para casos de desastre*. El Salvador. feb. 1994. San Salvador. SV. <http://www.crid.or.cr>.

DIRECCIÓN DE PREVENCIÓN Y ATENCIÓN DE EMERGENCIAS (DPAE). *Simulacro distrital de evacuación*. Bogotá; Colombia; mar. 2007.

EIRD/ONU (Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres, Naciones Unidas). *Vivir con el Riesgo - Informe mundial sobre iniciativas para la reducción de desastres*. Secretaría Interinstitucional de la Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres, Naciones Unidas (EIRD/ONU), 2004.

EIRD/ONU (Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres, Naciones Unidas). *Marco de Ação de Hyogo 2005-2015: Aumento da resiliência das nações e das comunidades frente aos desastres*. Naciones Unidas, 2005. Tradução para o português. Brasil: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2011. Disponível em: <http://www.defesacivil.gov.br/cidadesresilientes/pdf/mah_ptb_brochura.pdf>.

FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE SOCIEDADES DE LA CRUZ ROJA Y DE LA MEDIA LUNA ROJA. *Guía práctica para la realización de simulaciones y simulacros*. San Salvador. 2008. <http://www.crid.or.cr>.

GOMES, Júnior e ARAÚJO, Carlos Alberto de. *Capacitação de Facilitadores para Exercícios Comunitários de Preparação para Emergências*. Florianópolis: CEPED UFSC, 2004.

GOBIERNO DEL DISTRITO FEDERAL. *Manual de ejercicios de evacuación “simulacros”*. México. Gobierno del Distrito Federal. 2005. México, D. F. MEXICO. <http://www.crid.or.cr>.

OLIVEIRA, Marcos de. Livro Texto do Projeto Gerenciamento de Desastres - Sistema de Comando em Operações – Florianópolis: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2010. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/biblioteca/outros-titulos/manual-de-gerenciamento-de-desastres>>.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS/OMS). *Guía para el desarrollo de simulaciones y simulacros de emergencias y desastres. Areas de Preparativos para Situaciones de Emergencia y Socorro en Casos de Desastres*. Ciudad de Panamá; OPS/OMS; jun. 2010. <http://www.crid.or.cr>.

UNICEF. *Simulacros escolares: Una guía para su preparación*. Panamá: Iusgrafftab, 2010. Disponível em: <http://educacionygestiondelriesgo.crid.or.cr/preparacion/simulacros_y_simulaciones>.